

■ NACIONAL

FAZENDA/FMI

Se houver novo acordo, o crescimento é a pauta

Palocci decide em outubro se toma mais recursos do FMI; Márquez-Ruarte recomendará a liberação de US\$ 4 bilhões

Luciana Otoni
de Brasília

O governo negociará com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a flexibilização das metas fiscais impostas pelo Fundo à economia caso um novo empréstimo seja contratado para dar suporte às contas públicas em 2004.

Após a conclusão, na última sexta-feira, da quarta revisão do financiamento de US\$ 30,7 bilhões realizada pelo FMI, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, afirmou que se a renovação do acordo for necessária, as metas terão que ser revistas.

“Se houver a necessidade de um novo acordo, ele será feito em outras condições, portanto, com outra pauta. Não será, certamente, a pauta do ano passado onde tínhamos uma crise econômica de grande proporção, que exigia um conjunto de medidas diferentes”, ressaltou.

Entre os pontos que deverão ser objeto de mudanças constam a contabilização dos investimentos das empresas estatais para efeito

do cálculo do superávit primário (pelo acordo em vigor os investimentos são considerados despesas) e a capacidade de endividamento para estados e municípios, que teria que ser ampliada.

A decisão sobre a renovação ou não do acordo com o FMI será tomada em outubro, segundo Palocci.

Após encontro mantido com o ministro da Fazenda, na sexta-feira em Brasília, o chefe da missão do FMI, Jorge Márquez-Ruarte disse que a equipe que efetuou a quarta revisão recomendará à diretoria do Fundo a aprovação das contas do governo e a liberação da parcela de US\$ 4 bilhões ao País.

Além de ressaltar que um novo acordo terá que se dar em outras condições, Palocci salientou que as futuras metas a serem negociadas com o Fundo, caso o governo

opte por um novo empréstimo, terão que levar em conta a necessidade de crescimento do Brasil.

“Conseguimos, do ponto de vista macroeconômico, uma estabilidade muito grande, que nos permite, neste momento, ter uma pauta não mais de indicadores macroeconômicos, porque eles estão sólidos, mas uma pauta do desenvolvimento econômico”, afirmou.

O ministro da Fazenda fez uma avaliação positiva do desempenho do balanço de pagamentos de junho destacando os resultados das contas externas, favorecidas por um superávit comercial

recorde de US\$ 21,811 bilhões no acumulado em doze meses. Mas é justamente no setor externo que diversos economistas costumam enxergar uma certa fragilidade nas contas públicas, já que o capital estrangeiro não tem vindo no

volume e velocidade esperados pelo governo.

Sobre a possibilidade de o FMI flexibilizar as metas fiscais e rever a contabilização dos investimentos das empresas públicas, Márquez-Ruarte disse que a questão não foi abordada durante as reuniões da quarta revisão. Ele comentou, porém, que “há várias formas de se contabilizar os gastos públicos” e que o importante, caso seja preciso negociar condições para um novo empréstimo, é que “haja transparência em todas as contas e compromissos do governo.”

Márquez-Ruarte fez uma análise positiva da economia brasileira apontando que a inflação e os juros estão em queda, que o risco Brasil decresceu de dois mil pontos para 800 pontos (estava em 826 pontos na sexta-feira passada) e que o País possui uma boa política de comércio exterior.

“No curto prazo, o Brasil está em boa posição, mas no longo prazo as políticas estruturais terão que ajudar no crescimento”, observou. Em sua avaliação, as condições

macroeconômicas atuais ajudam a criar um ambiente para a atração de investimentos.

Segundo informou, a equipe do FMI não fará modificações no acordo em vigor, mas recomendou à equipe econômica a permanência da disciplina fiscal, do controle da inflação e continuidade do trabalho de aprovação das reformas da Previdência e Tributária. Para o chefe da missão do Fundo, é importante que a “reforma da Previdência siga com seus princípios básicos”.

A quarta revisão do acordo de US\$ 30,7 bilhões finalizada na semana passada pelo FMI é a penúltima. Neste ano, os saques líquidos liberados pelo Fundo somaram US\$ 8,2 bilhões, resultado de um desembolso de US\$ 13,1 bilhões e do abatimento da dívida, por parte do Brasil, de US\$ 5,19 bilhões.

Caso a quarta revisão seja aprovada pela diretoria-executiva do FMI, em meados de setembro, o País poderá sacar mais US\$ 4 bilhões. Os recursos serão destinados a reforçar as reservas.

Instituto pede “injeção” de dinheiro já

Eva Rodrigues
de São Paulo

Menos superávit primário e menos depósito compulsório aos bancos para uma injeção imediata de dinheiro e principalmente de “ânimo” para a economia no curtíssimo prazo é o que vai pregar um documento do Instituto de Engenharia a ser entregue nos próximos dias ao presidente da República.

Conforme o presidente do Instituto, Eduardo Lafraia, o documento é “um pedido de socorro” e se alinha a outras vozes no cenário doméstico que pedem afrouxamento nas políticas fiscal e monetária do governo. “Se foi estabelecido 4,25% do PIB como meta de superávit primário não tem que gerar 6% ou mais. Nossa sugestão é diminuir esse superávit e usar o dinheiro imediatamente em obras de infra-estrutura”, diz. O uso dos recursos da Cide em obras de transporte e a diminuição dos compulsórios para expansão do crédito também são listados por Lafraia como essenciais para alavancar a economia no curtíssimo prazo.



Antônio Palocci Filho